

Paisagens humanas alto-medievais na vertente noroeste da serra da Estrela (Portugal)

CATARINA TENTE



RESUMEN: El estudio de la ocupación altomedieval de la vertiente noroeste de la Sierra da Estrela ha permitido identificar tres momentos: un primer momento que abarca los siglos vi a viii y que se caracteriza por la persistencia de características del poblamiento romano; un segundo momento que abarcaría los siglos viii a x y que se encuentra marcado por la inestabilidad de las fronteras entre los mundos cristiano y musulmán, y, por último, una tercera etapa, que englobaría los siglos xi a xii, en que ya se hace notar la intervención de un poder más centralizado en este espacio, en un claro proceso de señorialización.

PALABRAS CLAVE: Sierra Da Estrela, Alta Edad Media, territorio, poblamiento, incastellamento, frontera,

ABSTRACT: The area under analysis comprises an extensive corridor of plateaux intersected by abrupt slopes and delimited by the Mondego River, to the North, and the foot of Estrela Mountain, to the South. This Mountain clearly dominates the region, feeding the Mondego's basin through its numerous watercourses. All this is a part of the mountain system that crosses Iberia in an ENE-WSW axis, in the westernmost edge of the central mountainous ridge that separates the Douro and Tagus mesetas. Both the Mondego River and the eastern slope of Estrela Mountain are thus the major geographical features of this territory, which has been one of the most important natural passages in the Portuguese history.

Chronologically, this study aims to characterize the changes on the settlement strategies that have occurred between the peninsular unification under the Visigothic crown, in the 6th century, and the publishing of the first privilege's charts to these populations, in the second half of the 12th century by the first Portuguese kings.

Medieval studies on this region are rare, given the scarce number of written documents, which are mostly from the 12th century. Therefore, toponymic analysis, archaeological survey and systematic excavation of selected sites have been the proxies used to approach these past societies in their environment.

The interpretation of the data so far obtained suggests the existence of changes in the strategies of occupation of this region and in the way its resources were exploited. Several factors can be detected underlying these changes, its majority being of political and social nature.

RESUMO: O estudo da ocupação alto-medieval da vertente noroeste da Serra da Estrela permitiu identificar três momentos: um primeiro momento que abarca os séculos vi a viii e que se caracteriza pela persistência de características do povoamento romano; um segundo momento que abrangeria os séculos viii a x e que se encontra marcado pela instabilidade de fronteiras entre os mundos cristão e muçulmano; e por último uma terceira etapa, que englobaria os séculos xi a xii em que se denota já a intervenção de um poder mais centralizado neste espaço, num claro processo de senhoriação.

PALAVRAS-CHAVE: Serra da Estrela, alto-medieval, território, povoamento, encastelamento, fronteira.

The reorganization of these populations was forced by the social and economic changes derived from the progressive disintegration of the Roman world alongside the conquests started by the Muslims when they first entered in Iberian Peninsula. This reorganization of the local populations was directed both towards their own protection and in the search for economic activities that could take place in accordance to these times of military instability. Like in so many regions elsewhere in Iberia, the intervention of a more centralised power becomes increasingly notorious by the end of the Early Middle Age.

Despite the scarcity of the available data, it is possible to identify three different phases during which the dominant settlement strategy has changed.

The first, comprised between the 6th and the 8th centuries, is characterised by a settlement typical of the previous Roman period. Some ancient Roman villae, like Aljão and Freixial, become central places, aggregating the population.

The second, from the 8th to the 10th centuries, is marked by instability of frontiers between Christian and Muslim worlds, which has resulted on the occupation of naturally-defensible places such as Penedo dos Mouros or Castelo. Finally, a third phase, during the 11th and 12th centuries, is marked by the above-mentioned intervention of a more centralised power, of which the castles located on the slopes of the Estrela Mountain are a testimony.

KEYWORDS: Estrela Mountain, Early Middle Age, territory, settlement, fortifying, frontier.

INTRODUÇÃO

A vertente noroeste da Serra da Estrela integra-se numa área que constitui uma das importantes «portas» da história portuguesa; esta é ainda hoje a passagem obrigatória para quem se desloca do interior da Meseta para o litoral ocidental, dando acesso directo a Viseu e a Coimbra.

Para o território que se desenvolve entre a serra da Estrela e o rio Mondego não existem praticamente estudos históricos ou arqueológicos que versem a Alta Idade Média. Vários factores podem ser apontados como dissuasores do desenvolvimento do conhecimento nesta região. As características orográficas da zona, os declives acentuados, a dificuldade de leitura da fotografia aérea face à abundância de afloramentos rochosos, a intensa antropização da paisagem e a consequente forte erosão dos solos de algumas áreas, aliam-se à carência de dados provenientes de trabalhos arqueológicos consistentes. A quase inexistência de dados na documentação escrita coeva é, porém, a principal dificuldade. Só se começa a vislumbrar a vertente noroeste da serra da Estrela naquela documentação no fim do século XII. São, assim, tardias as referências que nos podem ajudar a compreender a ocupação do espaço e a organização do povoamento. São úteis apenas escassos documentos integrados no *Livro Preto* (Rodrigues, 1999), no *Livro Santo de Santa Cruz* (Ventura e Faria, 1990) e no *Taraucae Monumenta Historica* (Fernandes, 1991).

Não obstante rara, a documentação escrita, ainda que tardia, e a toponímia tornaram-se valiosas peças no estudo do povoamento. São, no entanto, escassos os topónimos que podem ser utilizados com alguma fiabilidade para a época a que nos reportamos, mas existem alguns como, por exemplo, o topónimo Mesquitela, que indicia a presença de uma antiga mesquita na área ocupada por uma povoação actual. Não existem presentemente indícios materiais desta realidade. Porém, a inequívoca classificação funcional deste topónimo não deixa dúvidas quanto à presença alto-medieval, mais precisamente de cariz religioso muçulmano, neste local. Não longe da Mesquitela, ocorrem outros topónimos —Mourela e Alfatima— que parecem indicar igualmente a presença de muçulmanos nestes territórios. Os topónimos de Atalaia documentam a presença de pontos de vigia, ainda que não tenha sido possível identificar estruturas defensivas construídas nesses locais. Dois destes topónimos nomeiam locais com grande visibilidade sobre o território envolvente e em contacto directo com os castelos.

Contudo, foram essencialmente os dados arqueológicos que permitiram inferir algumas das conclusões aqui apresentadas quanto às diversas estratégias de povoamento adoptadas no decorrer da Alta Idade Média.

Durante a prospecção arqueológica realizada neste território, foram identificados vários núcleos de sepulturas escavadas na rocha. Pela sua frequência, as sepulturas escavadas na rocha constituem o elemen-

to mais marcante no delinear das paisagens humanas alto-medievais. O seu estudo mais exaustivo permitiu uma aproximação aos actores deste território e inferir padrões de ocupação do espaço, bem como da organização interna de determinados grupos humanos ou mesmo dos seus gostos ou disponibilidade de recursos para a execução das sepulturas. Para além disso, a identificação destes testemunhos sepulcrais permitiu, em diversos casos, reconhecer vestígios consentâneos com a presença de locais de *habitat*.

Em prospecção, foi possível descobrir uma série de sítios arqueológicos onde se podiam observar à superfície fragmentos de cerâmica de construção, tais como telhas e tijolos de tipo «burro», pedras utilizadas na edificação de estruturas, cerâmica comum, etc. Em muitos destes sítios, alguns dos materiais observados apresentavam uma cronologia romana *latu sensu*. Tal como outros autores documentaram em regiões contíguas (Lopes, 2002; Vieira, 2004; Marques, 1996), a maioria dos locais com estas características localizavam-se nas imediações de sepulturas, as quais formam normalmente pequenas necrópoles ou conjuntos de duas ou três sepulturas. A frequente ocorrência de vestígios cerâmicos concordantes com a existência de estruturas de *habitat*, junto de sepulturas escavadas na rocha ou nas imediações destas, constituiu um dos indicadores de superfície de hipotéticos locais de *habitat*.

Apesar desta correspondência recorrente entre as áreas funerárias e as áreas com indícios de habitação, poderíamos considerar esta associação como representativa de sítios funcionalmente semelhantes? Tratar-se-iam efectivamente de locais de habitação? Seriam as suas dimensões análogas? Os dados de superfície têm o óbice de não permitir, na maioria das situações, atestar com alguma fiabilidade a tipologia do *habitat* e a dimensão efectiva do mesmo. Os fenómenos pós-deposicionais, particulares a cada sítio, determinam em boa medida o estado de conservação dos vestígios, assim como a imagem que a superfície do terreno nos oferece. Estas limitações na leitura do terreno e dos vestígios depositados na sua superfície não permitem tecer grandes considerações nem aferir a classificação funcional proposta para os sítios. Esta restrição é bem mais premente se se

pretender classificar tipologicamente sítios arqueológicos apenas com os dados de superfície, sem que haja qualquer referência documental ou mesmo trabalhos de prospecção geofísica. Esta foi uma das mais complexas tarefas do estudo, mas também a mais séria das suas limitações.

Um outro problema importante consistiu no estabelecimento das cronologias, já que os materiais arqueológicos existentes à superfície têm, genericamente, cronologias muito abrangentes. Os dados provenientes da escavação do Penedo dos Mouros permitiram, todavia, aclarar um pouco estas questões. Com efeito, foi possível individualizar determinadas cerâmicas comuns, caracterizadas por pastas escuras, por vezes de fabrico manual ou de torno lento, com decorações ungluladas, cordões digitados, incisões onduladas ou simples caneluras, padrões decorativos reconhecidos em diversos contextos alto-medievais cristãos da Península Ibérica. A presença deste tipo de cerâmicas em certos locais foi usada com factor determinante para a sua integração cronológica na Alta Idade Média, já que alguns dos materiais considerados como romanos têm de facto uma longa diacronia de uso.

ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO

A região deste estudo abarca um corredor de planaltos e declives, a qual apresenta uma largura de apenas três quilómetros em Celorico, alargando-se em direcção a Sudoeste, onde atinge os doze quilómetros nos arredores de Seia (Daveau, 1969: 183). Com altitudes rondando os 500 a 1000 m, este corredor encontra-se delimitado a Norte pelo Mondego e a Sul pelos contrafortes da Serra da Estrela. Esta faz parte do sistema de montanhas que atravessam a Península Ibérica de ENE para OSO, constituindo um prolongamento da Cordilheira Central que separa as mesetas do Douro e do Tejo (Daveau e Ribeiro, 1978: 263).

Este território está igualmente marcado pelo rio Mondego, que nesta região se divide em duas partes claramente distintas: a bacia de Celorico e o curso a montante desta. O primeiro grande desnível no curso

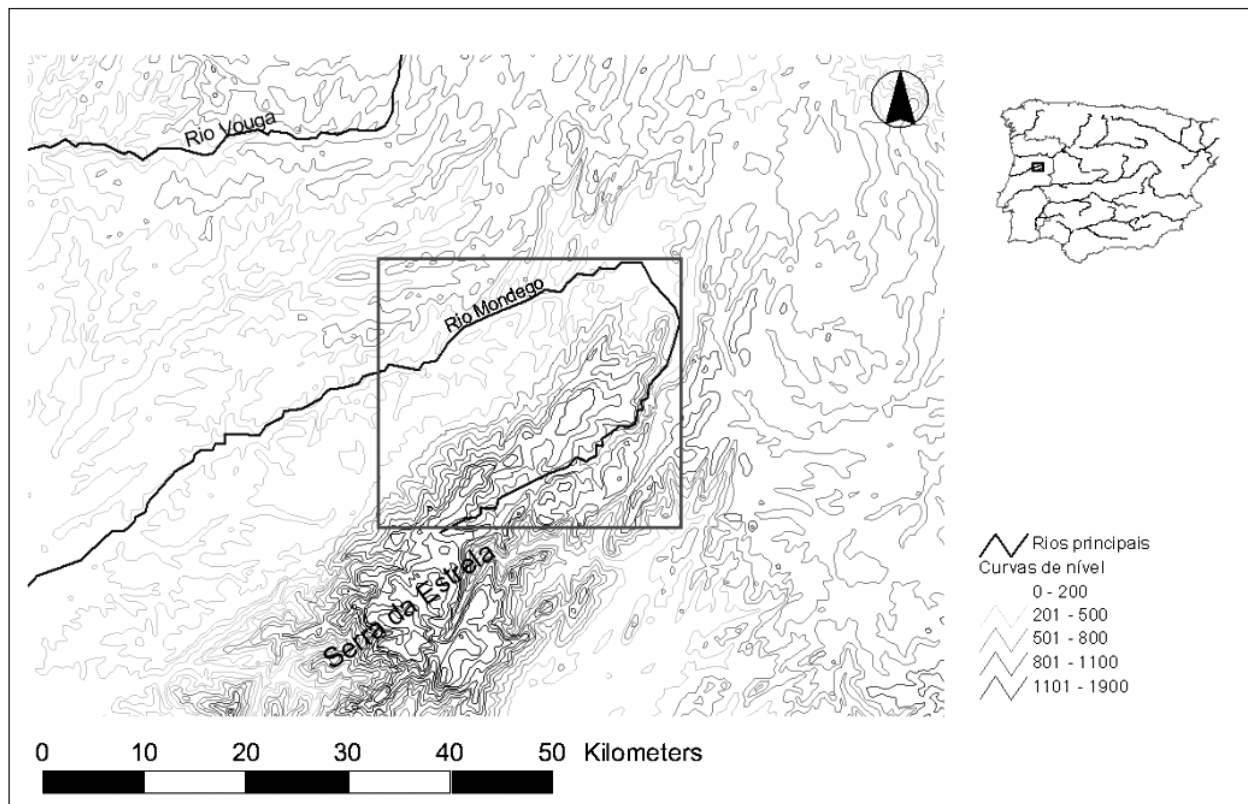


Figura 1. Mapa de integração regional da área de estudo

do Mondego ocorre a três quilómetros da sua nascente; em seguida, o leito do rio regulariza-se ao longo de trinta quilómetros, para depois desenhar um grande desnível de forma convexa, que o dirige, em cerca de uma dezena de quilómetros, para a Bacia de Celorico (Daveau e Ribeiro, 1978: 58). Depois da apertada curva na área de Celorico, o Mondego corre paralelo ao sopé da montanha, seguindo o rumo das falhas marginais da Cordilheira Central (Pina, 1998: 13).

As duas vertentes principais da serra da Estrela são muito diferentes. A encosta Noroeste, que domina o grande corredor da Beira Alta, apresenta-se como uma vigorosa muralha montanhosa atravessada por numerosos pequenos cursos de água, que descem a serra para desaguardem no médio Mondego. Esta vertente, notavelmente rectilínea, apresenta inclinações moderadas, na ordem dos 11° a 17° . Contrariamente, a encosta Sudeste é um bloco montanhoso abrupto,

esventrado pelos vales profundos da Bacia do Zêzere, que domina a depressão da Cova da Beira (Pina, 1998: 40).

Não obstante funcionar como um obstáculo dificilmente transponível, marcado não só pelo seu relevo, mas também pelo seu clima muito rigoroso em determinadas fases do ano, a Serra da Estrela apresenta, porém, algumas permeabilidades proporcionadas pelas várias portelas e corredores que a atravessam transversalmente. Aqui, os vales dos rios assumiram um papel preponderante na circulação das populações, por facultarem a penetração nestas áreas montanhosas e a circulação entre os dois lados da montanha. A geografia desta área da Beira Interior encontra-se também marcada pela existência de uma larga passagem, entre a serra das Mesas e da Estrela.

Dois grandes factores marcam a paisagem da serra: o clima e a intervenção antrópica. A relativa proximidade

dade com o oceano Atlântico e a ausência de barreiras intermédias, a vizinhança das latitudes caracteristicamente mediterrâneas, bem como a sua considerável altitude e relevo acidentado, conferem-lhe uma grande diversidade climática (Duarte e Alves, 1989: 1). A altitude associada à grande massa rochosa do Maciço Central são factores que fazem da serra uma barreira de condensação das massas de ar húmido de origem atlântica, criando dessa forma um marcado gradiente vertical de temperatura (Pena e Cabral, 1989: 3). Por estar mais exposta aos ventos marítimos, a vertente Noroeste da serra é ainda mais chuvosa e húmida (Pina, 1998: 14).

A acção antrópica está evidente nos diagramas polínicos realizados na Serra da Estrela por Janssen e Woldringh (1981) e por van der Knaap e van Leeuwen (1995), respectivamente, no lado setentrional da Lagoa Comprida (a 1600 m de altitude) e no Charco da Candieira, na parte central da serra (a cerca 1400 m de altitude). Os resultados obtidos por van der Knaap e van Leeuwen (1995) revelam que, durante a Alta Idade Média, o processo de desflorestação era já muito intenso, comprovando-se que mesmo o topo da serra era, nessa época, uma área economicamente activa. As conclusões são muito semelhantes no estudo de Janssen e Woldringh (1981), autores que identificam, entre cerca de 940 e 1060, um aumento de pólenes relacionados com o cultivo de cereais e a diminuição de pólenes de flora arvense, tais como os de carvalhos, videiros e salgueiros.

Devido à desflorestação e conseqüente forte erosão a que os solos foram sujeitos, os terrenos com melhor aptidão agrícola e mais profundos concentram-se fundamentalmente nas áreas baixas, no sopé dos montes e nos vales. Na montanha, a rocha de base está exposta e os solos são quase inexistentes ou muito pouco espessos (Ribeiro, 1991a: 992-993).

Outra das características que marca esta paisagem é a peculiar degradação e erosão do granito que modelou os «castelos de rochas». Muitos destes blocos graníticos expostos à erosão tiveram uma utilização antrópica. Em alguns casos, as cavidades formadas pelo amontoado de blocos, foram utilizadas, em diversas épocas, para

abrigo. Noutros, o imponente tamanho dos blocos e a implantação na paisagem sugeriu a sua utilização e integração em estruturas defensivas.

O CONTEXTO HISTÓRICO

Com a unificação peninsular sob a coroa visigótica, parece ter existido uma tentativa de «desmilitarizar a paisagem» (Barroca, 1990-1991: 91). As cidades vão perdendo as suas funções judiciais e posteriormente fiscais, e apenas conservam as funções religiosas e civis, demonstrando-se assim um processo de perda da sua capacidade de controlo do território (Mattoso, 1992a) e acentuando-se uma progressiva ruralização da sociedade.

A Península Ibérica parece ter conhecido uma relativa estabilidade entre o fim do século VI e o início do século VIII. Mas as lutas internas pelo controle do poder acabam por desencadear a entrada dos muçulmanos em 711. A conquista da quase totalidade do território peninsular em quatro anos terá sido motivada, pelo menos parcialmente, pela luta de poderes internos e pela desmilitarização da paisagem que entretanto se tinha iniciado.

A ocupação muçulmana vem, enfim, alterar toda a organização suevo-visigótica do território. O vazio de poder que se agudiza em determinadas regiões obriga a uma reestruturação essencialmente de cariz local. Todo o espaço do Douro, e entre este rio e o Mondego, é constantemente palco de incursões de parte a parte, criando um clima de grande instabilidade para as populações aí existentes. Estas são obrigadas a criar mecanismos de defesa, erigindo pontos de defesa passiva, como os castelos roqueiros, reocupando antigos castros ou subindo para os pontos mais elevados das montanhas, onde o acesso era mais difícil.

Com o reinado de Ordonho I, o processo da conquista dos territórios sob poder muçulmano toma novo fôlego e assume uma nova motivação: a de repovoar e reorganizar o território. Os cristãos conseguem assim apoderar-se do Porto (868), Chaves (872) e Coimbra (878), e estabilizam a fronteira com o Islão na linha do

Mondego. Após as conquistas, todo este território é palco de uma reestruturação político-administrativa que tenta disciplinar este espaço, que entretanto se tinha reorganizado espontaneamente (Mattoso, 1988: n.180). O território agora conquistado é organizado em *territoria* e *civitates*. No espaço do Alto Mondego vê-se emergir a *civitas* de Seia (Teixeira, 2002), que estaria integrada no *territorium* de Coimbra. O centro de poder desta *civitas* seria o castelo de Seia, na qual poderia estar integrado parte do território encaixado entre o Mondego e a serra da Estrela.

Porém, após o controle político cristão de um século, os muçulmanos conseguem reconquistar novamente toda a área entre a linha do Mondego e do Douro. A fronteira recua e volta a fixar-se no vale do Douro, até meados do século XI.

O fraccionamento do Califado em pequenos reinos ou taifas, e as constantes lutas entre estes, permitem criar as condições para a nova e definitiva conquista cristã dos territórios entre o Douro e o Mondego, empreendida por Fernando, o Magno. O rei asturo-leonês consegue assim apoderar-se de toda a linha que defendia a via colimbriana, conquistando, entre 1055 e 1057, Gouveia, Seia, Viseu, S. Martinho de Mouros e, finalmente, Coimbra, em 1064. Aparentemente, nem todas as conquistas de Fernando, o Magno, terão sido efectuadas pela força. Segundo dom Rodrigo de Toledo, «o rei de Leão e Castela tomou Seia por meio de um acordo, segundo o qual os seus habitantes permanecem no lugar e se tornam súbditos, mediante pagamento de tributo» (Mattoso, 1986-1987: 14-15). É por isso possível que os castelos que estariam integrados na *civitas* de Seia tivessem sido tomados da mesma forma. Provavelmente, estariam incluídos no território de Seia os castelos de Gouveia, Folgoso e, talvez mesmo, Celorico e Linhares.

Após as conquistas de Fernando, o Magno, as antigas *civitates* são substituídas progressivamente pelas Terras. Estas representam uma nova organização administrativa e militar de menor dimensão, capitaneadas por um castelo cabeça-de-terra, que organizava a defesa do seu território coadjuvado por outros castelos secundários e atalaias. Alguns centros das antigas *civitates* conseguem

emergir a cabeças-de-terra, mas outros entram em decadência e acabam por ser abandonados e integrados no território das recém formadas Terras. No espaço entalado entre o rio Mondego e a vertente Noroeste da Serra da Estrela, a antiga *civitas* de Seia transforma-se na Terra de Seia (Merêa e Girão, 1944). A Terra de Seia deveria fazer fronteira a norte com a Terra de Zurara (Marques, 2001) e com a Terra de Senhorim (Beirante, 1993: 270-271); a linha de fronteira deveria ser estabelecida pelo rio Mondego.

Esta alteração na organização espacial anda a par da decadência das famílias condaís e a emergência do poder dos infanções, que passam a exercer as funções judiciais, militares e fiscais na Terra que controlam, com um poder directamente emanado do rei (Mattoso, 1985: 244-245). Ainda que este processo seja melhor conhecido nas áreas mais litorais (Barroca, 2000: 219), é provável que a área mais interior do futuro território português não estivesse imune a este processo.

Mas se a organização e o poder do novo território cristão estava estabelecido, o mesmo não sucede entre comunidades vizinhas, já que a guerra privada não só era permitida deveria ser uma realidade bem presente. As populações serranas, a par da pecuária e, principalmente, da pastorícia, teriam na pilhagem uma outra fonte de rendimento. Os habitantes da vertente noroeste da serra da Estrela deveriam ser, à semelhança de tantos outros homens e mulheres destes tempos conturbados, pilhadores e pilhados.

No início do século XII, toda a linha estabelecida pelo rio Mondego era considerada uma estremadura, a fronteira do condado de Portucale. É na vertente noroeste da Serra da Estrela, que foi terra de estremadura durante mais de três séculos, que confluem os dois grandes sistemas de defesa da Beira: o da Beira Transmontana, que protegia a linha leste do território, e o que defendia a estrada colimbriana e que dava acesso a Coimbra e ao litoral (Riley, 1991: 152). Apesar do avanço das conquistas cristãs para Sul, esta continuava a ser uma zona de fronteira; a testá-lo está o facto de, nos forais Gouveia, Folgoso e Linhares, já nos fins do século XII, estar previsto que 1/3 dos cavaleiros vilãos fossem em fossado, enquanto que 2/3 ficariam para garantia da

defesa da vila. Tal como aponta M. Barroca, esta é uma característica comum aos forais desta época entre o rio Douro e Valhelhas (2000: 219), precisamente as vilas que estão na fronteira Leste do condado de Portucale e, posteriormente, do reino de Portugal.

É num contexto de grande instabilidade, onde se assiste a constantes lutas pelo poder dos reinos de Leão e Castela, após a morte de Afonso VI, e aos conflitos entre os Condes Galegos e as pretensões dos Condes de Portucale, que se dá a ascensão e posterior independência de D. Afonso Henriques e do reino de Portucale.

A D. Afonso Henriques deve-se mais de 30 cartas de foral e algumas confirmações. Adensou assim a malha concelhia protectora de Coimbra na área Sul e no interior da Beira, nomeadamente Seia (1136), Linhares (1169), Celorico (1157-69) e, mais no extremo oriental, Trancoso, Moreira, Aguiar da Beira e Marialva (Coelho *et al.*, 1986: 575).

Com a morte de D. Afonso Henriques em 1185, a política expansiva e a reorganização interna não sofreu alterações, tendo D. Sancho I continuado a outorgar diversas cartas de foral às regiões de fronteira. A sua acção demonstra que o rei via as vantagens que uma trama concelhia oferecia na persecução dos objectivos do seu programa político-colonizador. Privilegia, assim, as áreas de fronteira de Trás-os-Montes e do entre Douro e Tejo, outorgando cartas de foral ao longo das margens esquerda e direita do rio Mondego, na fronteira oriental e ao longo do eixo do Tejo (Coelho *et al.*, 1996: 575-576). Na encosta noroeste da Serra da Estrela, o rei português atribui em 1186 carta de foral a Gouveia, e em 1187 a Folgoso. O reforço da malha de concelhos na área nesta época precisa deverá também ser entendida, não só como uma resposta às incursões muçulmanas oriundas de Cáceres e Badajoz a esta região (Mattoso, 1993: 93), mas também a eventuais ataques leoneses. O ataque leonês a Celorico da Beira em 1189 (Gomes, 2001: 153) testemunha uma destas situações e comprova que a área da encosta noroeste da Serra da Estrela era ainda no fim do século XII uma área instável do ponto de vista militar.

Nas últimas décadas do século XII e nos primeiros anos da centúria seguinte, fortes ofensivas almóadas e

o reacendimento das querelas com Leão, conjugaram-se a uma sucessão de calamidades meteorológicas que provocaram fomes, pestes e convulsões sociais a que não devem ter passado incólumes as gentes da vertente noroeste da serra da Estrela.

ESTRATÉGIAS DE POVOAMENTO

A interpretação dos dados disponíveis para a Alta Idade Média da vertente noroeste da Serra da Estrela sugere ter havido alterações nas estratégias da ocupação do espaço e na forma como o mesmo era explorado nos seus recursos. Vários factores motivaram estas alterações, a sua maioria julgo que foram de índole política e social. As transformações sociais e económicas decorrentes da degradação progressiva do mundo romano aliadas aos processos de conquistas iniciados com a entrada dos muçulmanos no território peninsular obrigaram à reorganização das populações, quer no sentido da sua protecção, quer na procura de actividades económicas consentâneas de um clima de instabilidade militar. O fim da alta idade média ficará, tal como em tantas outras regiões peninsulares, marcada pela progressiva senhoralização do espaço.

Não obstante os poucos dados ainda disponíveis, e apesar da limitada área deste estudo, é possível propor a individualização de três grandes momentos, nos quais a estratégia dominante na organização do povoamento se foi alterando: um primeiro momento que genericamente se situaria entre os séculos VI e VIII e que se caracteriza pela persistência de características do povoamento romano, denotando-se já a transformação de algumas antigas *villae* romanas em pólos agregadores do povoamento; um segundo momento, que abrangeria os séculos VIII a X, e que se encontra marcado pela instabilidade de fronteiras entre os mundos cristão e muçulmano; e, por último, uma terceira etapa, que englobaria os séculos XI a XII, em que se denota já uma progressiva intervenção de um poder mais centralizado, num claro processo de senhoralização deste espaço.

Nestes três momentos que representam diferentes estratégias na ocupação do espaço, integram-se dife-

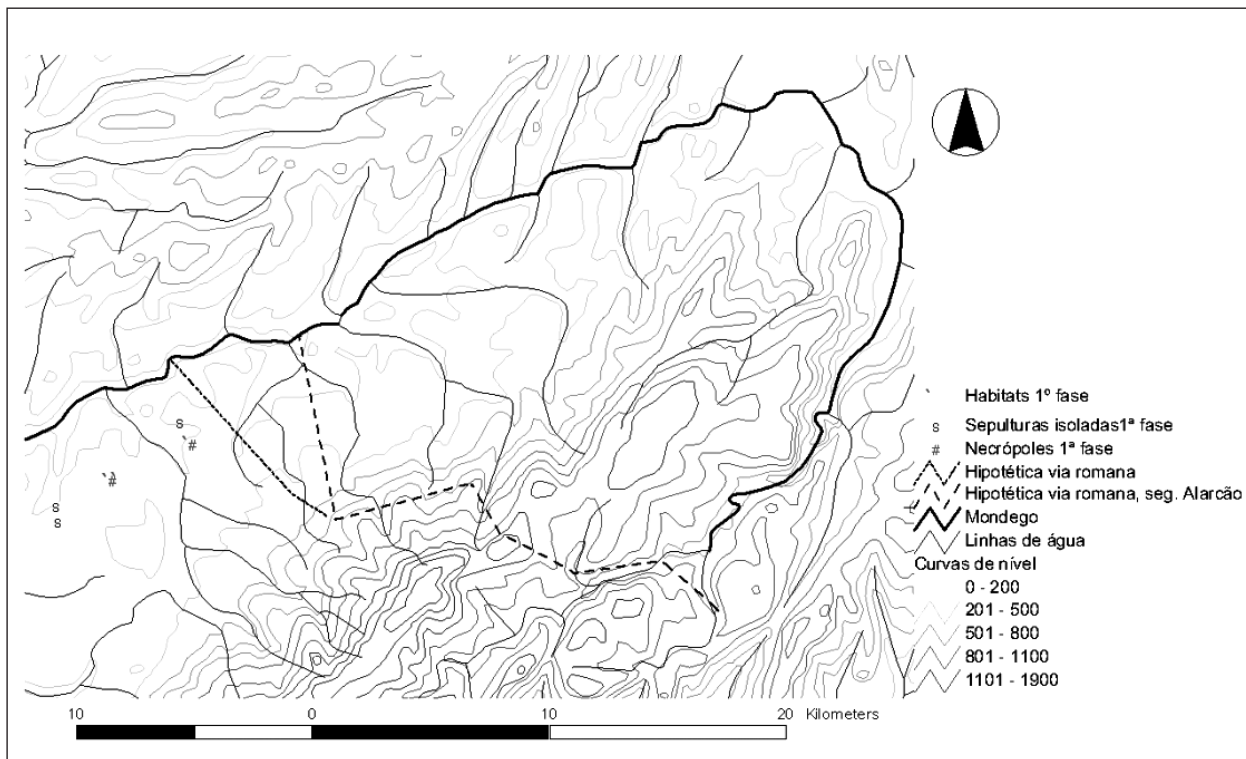


Figura 2. Mapa com implantação dos vestígios arqueológicos que se integram nos séculos VI a VIII

rentes sítios arqueológicos, não significando, porém, que alguns deles não tivessem sido ocupados nas fases anteriores ou posteriores. Provavelmente existirão alguns que terão sido ocupados em mais que um destes grandes momentos, sem que se compreenda, como os dados hoje disponíveis, se existiram ou não um hiato na ocupação. Pelo contrário, identificaram-se outros sítios cujo tempo de sobrevivência é restrito no tempo.

PRIMEIRO MOMENTO: SÉCULOS VI-VIII

O tempo que decorre entre o século VI e VIII é praticamente uma incógnita. Os dados arqueológicos são raros e a escassa documentação escrita existente para esta época não dá luz a este espaço. Parece, contudo, conseguir-se identificar uma perpetuação de alguns espaços de origem romana, numa clara continuação no

modo de exploração dos recursos disponíveis. Tratam-se de locais com uma implantação de baixa altitude, com superfícies relativamente aplanadas e em que o substrato geológico não se encontra muito exposto. Os solos onde se implantam são relativamente espessos, face à magreza da maioria dos solos existentes na área. Situam-se em vales ou perto destes, havendo uma boa disponibilidade dos recursos aquáticos. A tipologia de implantação destes sítios reflecte uma estratégia de exploração dos recursos que assentaria essencialmente em actividades agrícolas, ainda que a essas actividades pudessem estar intimamente relacionadas a pecuária ou mesmo a pastorícia.

O registo arqueológico permitiu identificar dois sítios com estas características: o Aljão e o Freixial.

O Aljão denomina um espaço aplanado que se encontra circundado pelo rio Mondego, a Norte, e o Rio Torto, a Oeste. Aqui foram realizadas sondagens arqueológicas de emergência para averiguar o grau de des-

truição dos vestígios postos a descoberto pela surribe efectuada para o plantio de uma vinha. Os resultados desta intervenção nunca chegaram a ser publicados, pelo que a informação utilizada no presente texto é a disponibilizada pelo relatório constante do arquivo do IPA (Vaz, Martinho e Martinho, 1985). Apesar da área intervencionada ter abarcado apenas cerca de 45 m², foram identificados cinco níveis de ocupação: o mais antigo corresponde à fundação de um edifício romano; um segundo, que foi unicamente detectado no sector Oeste da sondagem, corresponde a um alicerce de um muro, cuja cronologia não é referida no relatório; um terceiro, que se sobrepõe ao edifício romano e que corresponde ao nível da necrópole de inumação; após o abandono da necrópole, sobrepõe-se-lhe um outro edifício medieval de planta sub-quadrangular; finalmente, um quinto nível foi identificado na área nordeste e traduz-se num alicerce de um muro que se sobrepõe ao derrube da estrutura correspondente ao terceiro nível de ocupação (Vaz, Martinho e Martinho, 1985). O relatório da intervenção é mudo quanto aos artefactos e à funcionalidade dos edifícios aí identificados, pelo que pouco mais é possível inferir dos dados disponíveis.

Este local, aparentemente de origem romana, terá sido ocupado na Alta Idade Média sem que seja claro, para já, se a ocupação foi contínua ou se houve um hiato, tendo a *villa* sido reactivada já em plena Idade Média. O que aqui é curioso é a existência de uma necrópole encaixada entre dois níveis, aparentemente correspondentes a estruturas de *habitat*. Ou poder-se-á interpretar estes dados de outra forma?

Efectivamente, uma outra hipótese assemelha-se também verosímil, face aos acontecimentos de que esta área foi palco durante os séculos que mediam o fim do Império Romano do Ocidente e o estabelecimento da linha de fronteira cristã no Mondego. Após uma ocupação romana, o sítio poderá ter sofrido uma regressão em termos do espaço habitado, tendo algumas das construções sido abandonadas. Consequentemente, parte do espaço é então ocupado por uma necrópole que se situaria nas imediações das casas pertencentes a esta *villa* medieval. A construção de um novo edifício, que circunda algumas das sepulturas, pode não signi-

ficar o abandono da necrópole, mas antes a construção de um edifício religioso que as integra e dá a este espaço uma outra dimensão religiosa. A existência de culto dedicado à Senhora dos Verdes, localizado a escassos metros, pode dar alguma consistência a esta hipótese, já que a actual capela se localiza longe de qualquer uma das povoações circundantes (Tente, no prelo).

No território estudado não há dados concretos que permitam identificar com clareza uma estrutura paroquial ou a polarização do povoamento em redor de igrejas. Aliás, os edifícios de carácter religioso não se encontram claramente documentados a nível arqueológico nem a nível documental, o que dificulta a análise do papel que as estruturas religiosas poderiam ter tido na organização do povoamento da vertente noroeste serrana.

É, todavia, no Aljão, que se pode inferir a existência de um edifício religioso. No espaço da antiga *villae*, em determinado momento, pode ter sido construído um templo que terá agregado enterramentos e que deveria corresponder a um dos poucos documentados nesta área, que teriam agregado em seu redor alguma população.

Muitas das *villae* romanas devem ter continuado a ser ocupadas e devem ter constituído um pólo organizativo do território, numa época em que as cidades vinham perdendo as suas áreas de influências e as suas principais funções. Em alguns casos, as *villae* ter-se-iam transformado em centros religiosos (Gutiérrez González, 1996), fazendo coincidir dois tipos de espaços centralizadores: a *villae* e a igreja.

Existem igualmente alguns indícios que permitem supor que no Freixial/Safail, a antiga *villa* se poderia ter transformado num local de culto sem que, contudo, se possa ter transformado numa *villa* medieval ou numa aldeia. Na área arqueológica constituída pelo Feixial e Safail foram identificados dois núcleos de sepulturas escavadas na rocha: uma necrópole de sete sepulturas e um agrupamento de três sepulturas, situada a cerca de 900 m da anterior. Em redor da necrópole e do agrupamento das sepulturas, abrangendo um espaço relativamente dilatado, observam-se grandes quantidades de materiais cerâmicos fragmentados, entre os

quais tijolo de tipo burro, *tegulae* e *imbrices* e cerâmica comum (Tente, 2007).

O estabelecimento da cronologia para a fundação deste local apresenta-se uma tarefa complexa. Efectivamente, não se observaram materiais cuja integração romana seja clara. A presença de *imbrices* e de *tegulae* não pode ser um critério inquestionável para atestar esta cronologia, já que se tratam de materiais que devem ter sido usados durante um período muito dilatado. Não é, porém, de excluir a possibilidade da existência de um local romano de dimensões consideráveis, cujo material de construção possa ter sido usado em épocas subsequentes.

O aparecimento, no século XIX, de uma pátera de bronze na área do Freixial/Safail lança mais dados para a interpretação da funcionalidade destes sítios. São desconhecidas as circunstâncias e local preciso do aparecimento desta peça. Também não é possível detectar o seu actual paradeiro, mas a publicação de algumas fotografias e um desenho (Cortez, 1950: 58-66) permitem ter uma ideia de que peça se tratava. No centro interno da pátera localizam-se dois círculos: um mais pequeno, que envolve uma flor estilizada com quatro pétalas dispostas em cruz, e um segundo círculo, que delimita o primeiro, e uma inscrição (Cortez, 1950: 63). A interpretação da inscrição levantou muitas dúvidas e foram propostas várias leituras mais ou menos diversas por diferentes autores, mas que na sua maioria relacionam a pátera a um religioso (Tente, 2007).

A cronologia é igualmente motivo de discórdia. Enquanto que R. Cortez julga que a pátera datará do século VI (1950: 65), Cordeiro de Sousa integra-a no século IX (Sousa, 1948: 132). Independentemente da cronologia real do objecto, a existência de uma pátera neste local permite julgar que o Freixial/Safail poderia corresponder a uma *villa* em que um dos seus proprietários estaria ligado de alguma forma ao poder religioso alto-medieval até mesmo a uma antiga paróquia sueva.

Almeida Fernandes (1968), na análise que fez do Paroquial Suevo, identifica a paróquia de Coleia na vertente noroeste da Serra da Estrela, fazendo-a corresponder a uma paróquia na área de Gouveia, ou mesmo a própria vila. Porém, a descoberta da *Civitas Cobelcorum* na área

de Almofala veio levantar a hipótese de esta paróquia sueva poder corresponder à antiga *civitas* romana, pelo que a ligação de Coleia com Gouveia deixaria assim de fazer qualquer sentido. J. Alarcão (2001: 170) acaba por sugerir que seria Suberbeno a paróquia sueva que se situaria na área noroeste da Serra da Estrela, aventando a hipótese de esta se poder localizar na Quinta da Boggalheira (actual concelho de Seia). Mas, com os dados actualmente disponíveis, a correspondência do Freixial/Safail à paróquia de Suberbeno apresenta-se bem mais plausível do que a hipótese a sugerida por Alarcão.

Em qualquer dos casos, a igreja pode ter sido o factor que teria permitido a sobrevivência e a transformação destes espaços, independentemente de se tratarem ou não de igrejas paroquiais. A Igreja terá exercido neste espaço de tempo um papel preponderante na organização dos territórios, assumindo-se com a verdadeira herdeira da administração e da cultura romana e como um factor de coesão populacional. Estas igrejas de ambientes rurais centralizariam não só o culto religioso, como as funções de controlo administrativo e fiscal (López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1999; López Quiroga, 2004) herdando, assim, as funções anteriormente exercidas pelas cidades.

SEGUNDO MOMENTO: SÉCULOS VIII-X

A invasão muçulmana e o conseqüente processo de avanços e recuos da conquista/reconquista desarticularam a estrutura do povoamento romano que ainda sobrevivia.

A conquista muçulmana do século VIII nesta área não foi acompanhada de uma nova organização territorial que permitisse o controle dos novos territórios, aliás, as circunscrições territoriais muçulmanas (*kura*) respeitavam normalmente as divisões diocesanas. É plausível que, nesta área marginal, o exercício do poder islâmico se consubstanciasse na cobrança, mais ou menos regular, de tributos às populações locais e aos seus mais altos dignitários. Também não é de descurar que no largo período em que, politicamente, a vertente noroeste da Serra da Estrela esteve sob domínio muçulmano, se

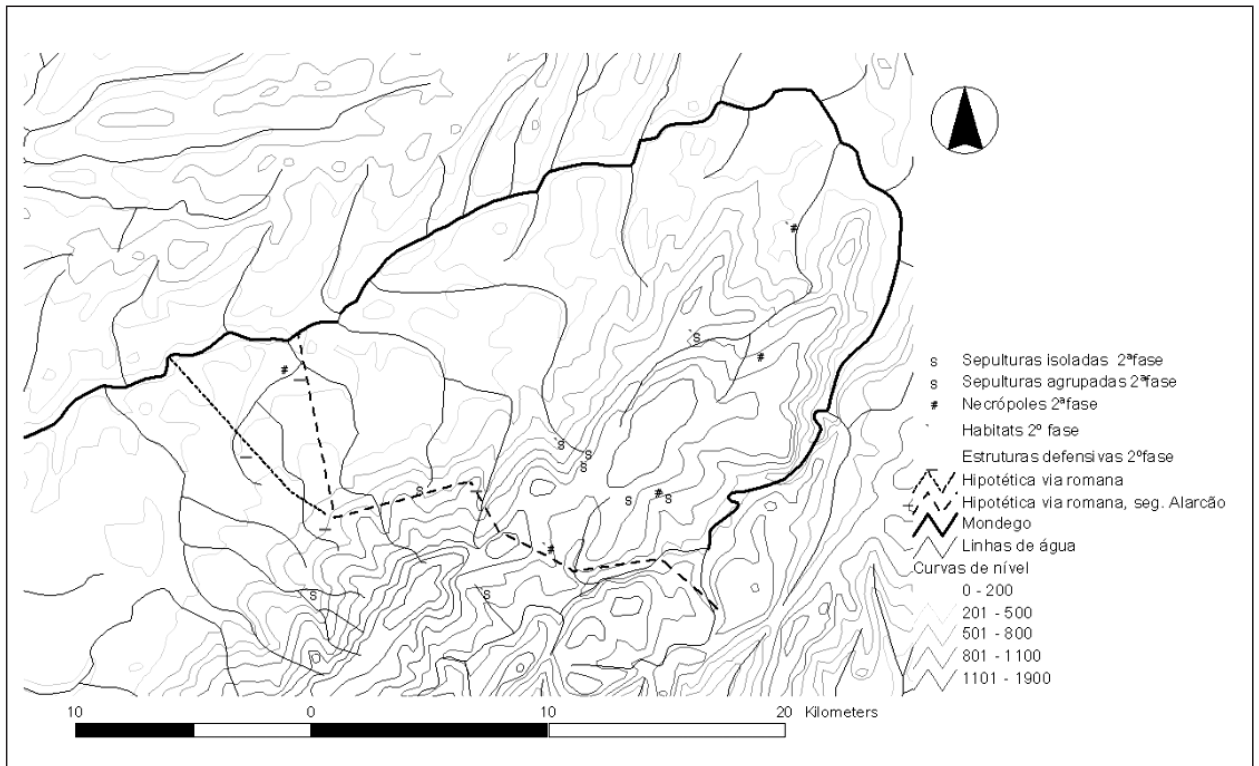


Figura 3. Mapa com a localização dos vestígios arqueológicos que se inserem entre os séculos VIII a X

tivessem aqui instalado populações vindas do Sul com intuito de, pelo menos, comerciar (Tente, 2007).

Ainda que a informação disponível seja escassa, está documentada a presença de muçulmanos em Seia. Em 1023, um nobre da região do Vouga tem cativo um mouro oriundo de Seia, ao qual era atribuído o valor de 300 soldos. Este alto valor faz supor que pertencesse a uma família com alguma importância (Mattoso, 1988: 15). O que não é possível saber é se o cativo estava efectivamente estabelecido em Seia ou se terá sido capturado numa incursão cristã a esta região, onde se encontraria ocasionalmente. Também a toponímia faz alusão à presença de gentes do Sul nestas paragens: regista-se a presença dos topónimos Soida e Ramela no actual concelho da Guarda (Gomes, 1987: 21), Arrifana, Mangide e Falifa, em Pinhel; Atafona e Falifa em Trancoso (Barroca, 2000: 218); Mesquitela, Mourela e Atalaia, em Celorico; e Alfátima, em Gouveia.

A necessidade das populações encontrarem uma forma de fazerem face a ataques que nesta época se intensificavam parece ser responsável por uma progressiva deslocação do povoamento para altitudes mais elevadas, reforçando-se a ocupação habitacional da vertente serrana e dos altos planaltos.

Esta alteração marca a viragem na forma de ocupar o espaço. Não se consegue perceber se todos os sítios ocupados desde, pelo menos, a Antiguidade clássica existentes nos vales e na plataforma do Mondego, teriam sido abandonados. É provável que alguns deles tenham permanecido habitados, mas o povoamento a partir desta época parece fragmentar-se em pequenos núcleos habitacionais.

As sepulturas escavadas na rocha referenciadas reflectem isso mesmo, já que não foram identificadas grandes necrópoles. Na maioria dos casos, as sepulturas escavadas na rocha surgem em agrupamentos que variam entre as duas e as sete, na imediação das quais existiam

materiais de construção de longa diacronia, como os *imbrices* e *tegulae* e raras cerâmicas comuns de pastas acinzentadas, que se integram nas cronologias alto-medievais. Agora, a sua localização privilegia as altitudes mais elevadas. O alto da serra parece assumir-se, nesta fase, como o local predilecto dos novos estabelecimentos humanos.

A habitação nos altos planaltos proporcionaria uma maior estabilidade, já que se tratavam de áreas de mais difícil acesso aos pilhadores e às razias. Os dados das prospecções arqueológicas apontam para um povoamento que se estruturaria em pequenos núcleos habitacionais intimamente relacionados com a pastorícia e, talvez, com o cultivo do centeio, único cereal a dar-se nestas altitudes. Os estudos polínicos realizados na Serra da Estrela mostram que, por volta da segunda metade do século X e século XI, a pressão antrópica motiva o desaparecimento acentuado da floresta e um aumento significativo dos pólenes relacionados com os pastos e alguma agricultura de cereais (Knaap e van Leeuwen, 1995; Janssen e Woldringh, 1981).

A par deste movimento populacional ascendente, reocupa-se ou reforça-se a utilização de antigos espaços romanizados cuja principal função era o controle de vias, protegendo assim o interior da serra que estaria agora mais povoado (Tente, 2007). Parece ser essa a origem da ocupação alto-medieval das actuais localidades de Gouveia e Folgoso, e talvez de Linhares.

Contrariamente ao que sucede em grande parte dos territórios do norte e nordeste peninsular, onde se assiste a uma reocupação de antigos castros pré-romanos ou romanizados, a resposta das populações ao aumento da instabilidade passou, alternativamente, pela escolha de locais de maior dificuldade de acesso, como o interior da serra, sem que, nestes casos, tenham recorrido à construção de estruturas defensivas. Na área da vertente Noroeste não se conhecem castros de clara ocupação pré-romana e nos poucos conhecidos não se reconhece uma reocupação medieval significativa.

Um destes locais, denominado de Castelo, situa-se na confluência da Ribeira de Boco e da Ribeira de Gouveia, ambas afluentes do Mondego, onde desaguam a escassos quilómetros do sítio. O local apre-

senta vestígios de dois paramentos de muralha, que se desenvolvem entre os penedos. Em 1994, efectuou-se aí uma sondagem que tinha como principal objectivo a identificação das cronologias dos materiais arqueológicos observados à superfície. Não obstante os escassos dados obtidos nesta pequena intervenção, é de destacar a notória posição estratégica deste sítio, que permite excelentes condições de defesa e de controlo directo de parte do vale do Mondego. Este local terá sido um sítio fortificado durante a Proto-História, que foi reocupado na Alta Idade Média. Esta reocupação parece ter incidido apenas numa área restrita do seu perímetro original. É verosímil que esta utilização se restringisse a um núcleo familiar. No interior da área amuralhada proto-histórica identificaram-se três sepulturas escavadas na rocha, duas atribuíveis a adultos e uma infantil (Tente, 2007).

Os aglomerados habitacionais que teriam permanecido nas áreas do vale terão tido igualmente a necessidade de criar ou recriar locais de defesa, que garantisse a protecção dos seus bens e vidas. Insere-se, neste contexto, a construção do refúgio roqueiro do Penedo dos Mouros.

Esta estrutura parece integrar-se na origem do fenómeno do encastelamento, mas com um cunho atribuível às iniciativas das populações locais. Com os dados actualmente disponíveis, apenas se pode conjecturar acerca da função deste local. É certo que se trata de uma estrutura defensiva, mas aparentemente sem um território para defender ou controlar. Provavelmente, este «castelo» terá sido erigido pela população local, talvez a que habitaria e cultivaria os vales das ribeiras do Boco e de Gouveia. Esta estrutura permitiria a defesa passiva das pessoas e/ou dos seus bens. Para o construir, aproveitaram um *tor* (Angelucci, Tente e Martins, 2004), ao qual associaram estruturas em madeira.

Não é possível, com os dados de terreno actualmente disponíveis, determinar se a esta estrutura defensiva estaria ou não associada uma área habitacional. Efectivamente, ela domina uma pequena plataforma rodeada de penedos que desenha um espaço relativamente protegido. Não poderia ser esta uma área para protecção de gados e populações?



Figura 4. Vista nordeste do Penedo dos Mouros (fotografia de Diego Angelucci)

O que hoje é possível identificar no Penedo dos Mouros é o que sobreviveu duma estrutura que funcionaria como último refúgio em situações de ataques, razias e pilhagens. Para além da função de reduto, é verosímil julgar que esta monumental estrutura pudesse proteger as reservas alimentares de uma comunidade e defender o seu gado. Esta hipótese poderá ser corroborada pela identificação das numerosas sementes de fava (*Vicia faba minuta*) recolhidas no local (Angelucci, Tente e Martins, 2004; Queiroz e Ruas, 2001)

Da análise preliminar do seu contexto geomorfológico (Angelucci, Tente e Martins, 2004), verifica-se que o sítio se localiza em posição rebaixada em relação à plataforma do Mondego. Esta posição condiciona o

seu campo de visão próximo, mas também compromete o campo de visão longínquo, ou seja, a linha de horizonte visível em segundo plano. A falta de visibilidade está igualmente expressa na sua identificação a partir do exterior, sendo o sítio «invisível» a partir da plataforma do Mondego e do fundo do Vale do Boco, sobre o qual se implanta. Ele é apenas detetável na linha de cumeeada do lado oposto do vale. É igualmente improvável que o Penedo dos Mouros fosse identificável a partir de uma localidade situada no horizonte longínquo, a não ser quando iluminado à noite, já que não só não se destaca na paisagem como também não possui dimensões que possibilitassem a sua identificação.



Figura 5. Fotografia do vale do Mondego na curva que antecede a Bacia de Celorico da Beira, com indicação dos pontos atalaia que controlariam as vias de comunicação

Se dos pontos de vista arquitectónico e arqueológico o Penedo dos Mouros pode ser considerado como um castelo roqueiro, muito provavelmente de iniciativa local, por outro lado, em particular do ponto de vista paisagístico, é evidente que a finalidade última deste sítio não residia no controle visual do território envolvente ou de uma via de comunicação principal. A posição do sítio não pode ser definida como «panorâmica», e é nesta falta de campo de visão (quer a partir do sítio, quer a partir do exterior) que parece residir a estratégia de localização deste castelo.

A destruição do sítio dá-se em consequência de um incêndio, não tendo havido qualquer reconstrução do mesmo ou nova ocupação. Talvez o seu abandono possa estar associado às campanhas e razias de que esta área foi alvo no século x. As datações obtidas por ^{14}C de duas amostras de fava recolhidas no nível de destruição do sítio apontam com maior probabilidade para esta centúria (Tente, 2007). Após o abandono, esta estrutura defensiva não foi reocupada, não tendo despertado o interesse no âmbito da reorganização administrativa e

militar de cunho mais senhorial que se começa a fazer sentir no século x.

Pouco se tem estudado sobre estas estruturas roqueiras, que parecem ter sido erigidas por iniciativa da população local. No entanto, deveriam ser vulgares nos espaços mais ruralizados e nas terras de fronteira quando a ausência de um poder mais centralizado motivou a criação de espaços que garantissem a defesa das populações locais ou, eventualmente, dos seus excedentes de produção. É sintomático que, destas estruturas defensivas mais antigas, não haja sequer uma luz na documentação escrita, o que reforça em certa medida a atribuição da sua construção à iniciativa local.

Poderemos conjecturar que, no território em estudo, outras estruturas similares possam ter existido, quer em Gouveia, quer mesmo em Folgoso ou Linhares. Estas poderiam ter antecedido as fortificações que emergem da documentação escrita do século xi, assumindo nessa altura um papel preponderante na organização defensiva de carácter senhorial.

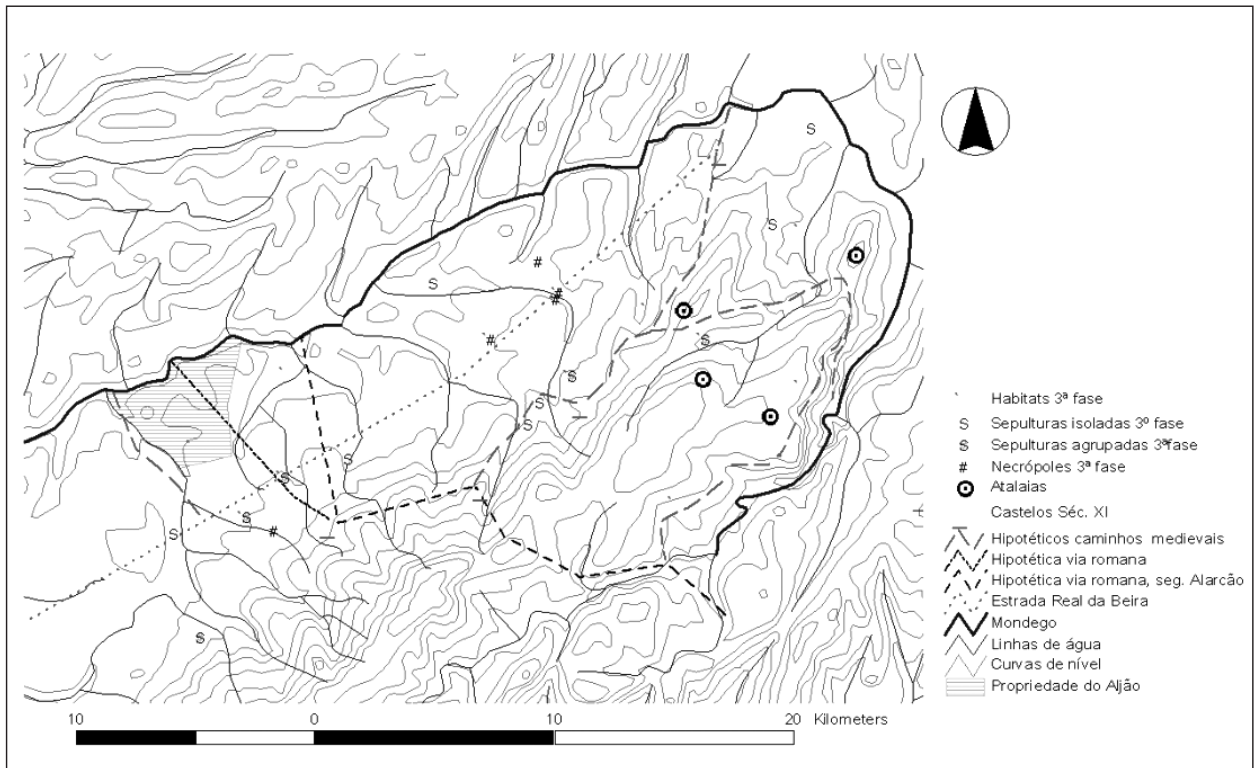


Figura 6. Mapa com a localização dos vestígios arqueológicos que se integram os séculos X a XII

TERCEIRO MOMENTO: SÉCULOS X-XII

Num terceiro momento, é possível vislumbrar a intervenção de um poder mais centralizado e certamente mais personificado, ainda que não seja possível esclarecer quem o exerceria. É a esse poder supra local que se deverá atribuir a construção da estrutura de defesa constituída pelos castelos das faldas da serra e a construção dos acessos que os interligavam.

A estruturação supra local da defesa do território, que emerge da análise da rede de fortificações existentes no século XI, deve estar associada à progressiva senhorialização do espaço. É provável que a mesma possa emanar da *civitas* de Seia, que é constituída após as conquistas ocorridas no reinado de Afonso III das Astúrias (Teixeira, 2002: 464). As *civitates* resultantes da reorganização de Afonso III eram centros administrativos de um território que tinham igualmente uma função marcadamente militar, pelo que necessitavam de constituir uma

rede de estruturas defensivas que permitisse a defesa da circunscrição (Teixeira, 2002).

Sendo verosímil a integração deste território na *civitas* de Seia, pode deduzir-se que a rede de fortificações, tal como está documentada a partir do século XI, possa ter efectivamente origem na organização político-militar de Afonso III. A dificuldade reside na individualização dos agentes desta organização. Os dados arqueológicos nesse campo não têm a capacidade de nos mostrar os actores, mas apenas o resultado da sua intervenção, e infelizmente a documentação disponível para esta cronologia e território é tão escassa e lacónica que não permite a sua identificação.

No decorrer do século X parecem ter-se desmembrado os espaços de defesa de iniciativa local, como o Castelo ou o Penedo dos Mouros, cuja relevância estratégica era agora reduzida face a uma organização mais regional do território. Em simultâneo, ter-se-ia iniciado a senhorialização dos locais estratégicos deste território, que poderiam,

até então, ter estado entregues a pastores-camponeses ou mesmo pequenos senhores locais.

Porém, a tentativa régia de controlo do espaço recém-conquistado através dos seus delegados não atinge os seus objectivos. Aquando da investida de Al-Mansur nos fins do século x, o poder condal estava enfraquecido e o poder das autoridades locais reforçava-se. A senhoralização do espaço serrano deve ter continuado mas agora com novos agentes. Certamente, serão estes senhores locais que vemos emergir após a consolidação cristã da fronteira do Mondego, resultante das campanhas de Fernando, o Magno. A partir de meados do século xi, verá o seu poder sancionado pelo próprio rei conquistador.

Uma vez mais, Seia emerge, agora como cabeça-de-terra. O território estudado, ou pelo menos parte dele, poderá ter estado englobado no território capitaneado pelo castelo de Seia, cujo controle territorial assentaria na rede de castelos, vias e atalaias identificadas neste trabalho.

A construção de vias, ainda que parcialmente revestidas com lajes de granito, não deve ser vista como de iniciativa local, pois requer uma organização que consiga articular vários núcleos habitacionais, o que pressupõe a existência de um poder supra-local. As calçadas medievais identificadas neste território ligavam os diversos castelos, pelo que também por isso é impossível dissociar a implementação dos novos castelos da construção das mesmas. Associadas a estas foram ainda identificados vários pontos de controle das mesmas, que se situam em pontos altos, dominando parte das vias e em contacto visual com pelo menos um dos castelos. Nestes lugares, alguns denominados de Atalaia, não foram erigidas quaisquer estruturas, já que os castelos de rocha proporcionaram as condições de defesa e controle visual que levaram, em outros contextos peninsulares, à construção de torres atalaia.

Não são conhecidos quaisquer vestígios dos castelos do século xi de Celorico, Linhares, Folgoso e Gouveia. Apenas a informação da micro-toponímia permite localizar com alguma precisão os locais de implantação dessas antigas estruturas que o tempo e as profundas alterações urbanísticas fizeram desaparecer. Só a desejada implementação regular de trabalhos preventivos de arqueologia

nestas áreas urbanas poderá, no futuro, fornecer mais dados para a caracterização arquitectónica destes castelos.

Na documentação escrita a partir do século xii consegue-se individualizar um dos actores do processo de senhoralização deste território: o próprio rei. A autoridade real nesta área exprime-se, quer através da venda de territórios «conquistados» (como a *villa* do Aljão), quer através da atribuição de cartas de foral. As cartas de foral de tipo salmantino atribuídas a Linhares (1157/1169), a Celorico (1169), a Folgoso (1187) e a Gouveia (1189) levantam várias questões relativamente à estratégia de povoamento. Todas estas cartas têm como objectivo incentivar o povoamento na região. Poder-se-ia deduzir, à partida, que a região estaria carenciada de população. Contudo, esta dedução directa deve ser vista com algumas reservas. Parece inegável que o rei procurava incentivar a fixação de população em determinados pontos essenciais para a defesa do território conquistado pela recente coroa portuguesa, num espaço que foi até fins do século xii terra de fronteira. Mas a acção régia pode ter, todavia, neste contexto, outras leituras: não poderia querer controlar igualmente a expansão do poderio de outros senhores na região, que pudessem colocar em causa as suas próprias pretensões e a permanência desse território sob a coroa portuguesa? Basta lembrar que Celorico em 1189 foi alvo de um ataque leonês. Ou, em contrapartida, não poderia estar o rei a tentar disciplinar e enquadrar em termos administrativos e fiscais camponeses-pastores e pequenos senhores locais habituados a uma certa autonomia?

Uma coisa é certa: o território não estava desertificado e, em determinadas áreas mais montanhosas, gozava de uma modesta vitalidade populacional e, certamente, económica, principalmente no sector pastoril. Nos forais está bem expressa a disputa que os vários aglomerados populacionais alimentavam pelo domínio dos pastos do alto planalto serrano, o que mostra a importância económica que a actividade pastoril tinha para os habitantes das faldas da serra.

A intervenção directa do rei aparece bem espelhada na venda do sítio do Aljão. O topónimo é referenciado em dois documentos datados de 1140 e 1141 (?) (Ventura e Faria, 1990: 184-186). O primeiro refere-se à venda da *villa de Aldiam* efectuada por D. Afonso Henriques a Garcia e

a Paio Eneguiz. O documento é bastante preciso quanto aos limites desta *villa*:

- ✦ Et modo poste a facio vobis cautum de illa quomodo sparte per illo lombo de Arcozelo, et de alia parte per illo flumen Mondeci et de alia parte per illa aqua de Cessada, et inde cum Castro do Lobo. Do vobis et cautocum suis terminis et locis antiquis [...].

Trata-se, efectivamente, do espaço que corresponde ainda a uma propriedade denominada de Aljão. O topónimo *Aldiam* parece não deixar qualquer dúvida quanto a esta correspondência. À excepção das referências ao Castro do Lobo e à Cessada, todas as demais menções são facilmente identificadas, correspondendo à aldeia do Arcozelo, ao rio Mondego e ao Rio Torto. Talvez o topónimo de Castro do Lobo possa corresponder ao castelo roqueiro do Penedo dos Mouros, mas para a Cessada não se nos afigura qualquer correspondência actual.

O segundo documento diz respeito à doação de um oitavo da *villa de Aldiam* que Paio Eneguiz e sua mulher fazem ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Este documento tem mais pormenores sobre os recursos desta propriedade:

- ✦ Damus et concedimus vobis canonicis Sancte Crucis ipsam villam nomine Aldiam sicut jam diximus cum suis domibus, vineis, terris cultis et incultis, montibus et fontibus, pascuis, molinis et sedibus molinarum et per ubi illa potueritis invenire [...]

A propriedade do Aljão tinha, para além do casario, vinhas, campos de pasto, montes e fontes, terras cultivadas e incultas e moinhos, distinguindo o documento dois tipos: *molinis* e *sedibus molinarum*. É provável que esta referência aos moinhos corresponda ao conjunto de lagares escavados no granito que foram identificados no Aljão. No espaço de cerca de 500 m² foi possível identificar quatro destes lagares, com tipologias bem diversas. É impossível determinar o porquê destas diferenças tipológicas, mas a presença de vinha na propriedade deixa antever que alguns desses lagares poderiam estar relacionados com a transformação da uva.

O Aljão é denominado de *villa* nestes documentos; no entanto, na viragem para a Baixa Idade Média, não se transforma numa vila ou mesmo numa aldeia. Uma análise mais atenta do documento de 1140/1141 permite, porém, julgar que o termo denominaria uma propriedade com terras de cultivo diversas e terras incultas, às quais estava associada uma área habitacional. Esta estaria já abandonada na Baixa Idade Média, uma vez que a propriedade é referenciada no Foral de D. Manuel em 1510 como pertencente ao concelho onde os moradores da vila de Gouveia podiam lavrar e apascentar gado sem que disso pagassem tributo ao concelho ou qualquer senhor da região (Guerrinha, 1985).

O termo *villa* pode aparecer na documentação com vários sentidos: no período visigodo, ela parece corresponder à *mansio* do senhor (Calleja Martínez, 1999: 127); entre os séculos IX e XI, o termo aparece como sinónimo de uma circunscrição de pequena dimensão que constitui em simultâneo uma unidade de exploração e de povoamento (López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1999: 737); em alguns documentos, o termo corresponde a aldeias de camponeses livres que se integram num território senhorial (Calleja Martínez, 1999: 127), mas poderá também denominar uma propriedade de um senhor (Alarcão, 1998: 116); em meados do século XIII, denomina os aglomerados populacionais fortificados (Teixeira, 2002: 466), mas, em alguns casos, a *villa* podia denominar uma unidade territorial composta por aldeias e/ou casais dispersos cujo pólo agregador era uma igreja (Alarcão, 1998: 116). No caso do Aljão, ele parece designar uma propriedade de um senhor ao qual está associada uma unidade de exploração agrária.

Esta propriedade terá sido uma *villa* romana que terá tido uma ocupação alto-medieval e que aparece na documentação como uma propriedade agrária vendida pelo rei a um senhor. A temática da transformação das antigas *villae* em unidades de povoamento medieval foi abordada por J. Alarcão (1998). Para este autor, as *villas* medievais não seriam herdeiras das *villae* romanas, argumentando que as *villas* medievais teriam origem nas igrejas, parquiais ou não, sendo responsáveis pela polarização do povoamento entre os séculos IX e XI. A transformação

de algumas das *villae* em centros religiosos importantes leva a questionar, porém, esta teoria. Efectivamente, se a transformação directa das *villae* em *villas* medievais poderá ser questionável, já a transformação de uma *villa* em centro religioso-igreja e da igreja numa *villa* medieval é, em diversos casos, uma realidade. Parece ser esta a interpretação para casos como o de Santa Marta de Lucenza-Medeiros, na Galiza (*apud* López Quiroga e Rodríguez Lovelle, 1999: 735), ou mesmo de Santa Eulália, em Barcelos (*apud* Alarcão, 1998: III).

Não obstante ser impossível determinar com precisão o processo de concentração de povoamento expresso nas diversas aldeias que se conhecem para a Baixa Idade Média, é lícito julgar que o mesmo é contemporâneo da senhoriação deste espaço. Ainda que o processo se possa ter iniciado antes, terá só ganho fôlego com a ascensão dos terra-tenentes, no século XI. A partir daí, as populações, mais ou menos livres, vão progressivamente submeter-se ao poderio dos diversos senhores que vão aparecendo em cena. A luta que então começam a travar pelo controle dos territórios e seus dependentes (Pina, 2000) ficou bem patente nas Inquirições de 1258.

As aldeias que vemos emergir na documentação a partir dos séculos XIII e XIV devem ter efectivamente origem no processo de concentração populacional. Se cruzarmos os dados dos vários sítios identificados na prospecção como tendo uma ocupação alto-medieval, com a localização das aldeias da Baixa Idade Média da vertente noroeste da serra da Estrela, que maioritariamente correspondem às grandes aldeias actuais, verificamos que existem algumas coincidências geográficas. Observa-se que as necrópoles de maiores dimensões estão, sem excepção, próximas de aldeias actuais, fazendo crer que alguns espaços alto-medievais de maiores dimensões teriam evoluído para uma concentração habitacional do tipo aldeia, num momento anterior ao seu aparecimento na documentação da Baixa Idade Média. Todavia, não se vêem surgir neste território núcleos urbanos de alguma expressão, à semelhança do que ocorre nas vertentes serranas voltadas a sul, tendo as modestas vilas assumido o papel de centros urbanos nesta região (Pina, 1998: III) e o território sido polvilhado de pequenos núcleos aldeões.

CONCLUSÕES POSSÍVEIS E PERSPECTIVAS DE FUTURO

A imagem que foi possível traçar dá a ideia de um território marcado, quer pela montanha, quer pela marginalidade, face ao Poder ao longo de vários séculos. Aqui as populações locais organizaram-se para fazer frente aos avanços e recuos da conquista/reconquista e aos particularismos e à instabilidade de uma terra de fronteira. Só após a fixação definitiva da fronteira na linha do Mondego, no século XI, é possível começar a vislumbrar a intervenção de um poder senhorial, que levará progressivamente à estrutura de povoamento que emerge da documentação no início da Baixa Idade Média.

Dos contextos alto-medievais temos ainda hoje um reduzido conhecimento. À falta de documentação histórica alia-se a reduzida informação arqueológica, especialmente a obtida em escavações. Das poucas intervenções efectuadas têm resultado igualmente poucas publicações e, por consequência, são escassos os estudos exaustivos de materiais arqueológicos. Estes são, no entanto, essenciais para uma aferição cronológica fina dos dados obtidos em prospecção.

O estudo das estratégias de povoamento na área da Serra da Estrela passa agora pela definição de um território de análise mais abrangente, englobando toda a bacia hidrográfica do Alto Mondego. À continuação dos trabalhos de prospecção arqueológica será aliado o estudo exaustivo de alguns dos contextos arqueológicos alto-medievais que permitam fornecer dados para uma melhor caracterização funcional de cada espaço e a sua integração numa cronologia mais precisa. Alguns dos sítios identificados neste território parecem marcar a organização do povoamento, quer pela posição geográfica que ocupam, quer pelas características que apresentam. Não querendo efectuar uma listagem exaustiva destes sítios, permito-me destacar as antigas *villae* romanas que apresentam ocupação alto-medieval, as estruturas defensivas roqueiras, os castelos que estruturam uma defesa supra local e os locais que conciliam geograficamente os sítios de habitat com espaços funerários. O seu estudo mais aprofundado parece ser o único caminho a percorrer para se delinear uma imagem mais completa das paisagens humanas e o seus intervenientes num tempo histórico tão alargado como o que decorreu entre o séculos VI e XII.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1993): *Arqueologia da serra da Estrela*, Manteigas: Parque Natural da Serra da Estrela.
- (1998): «A paisagem rural romana e alto-medieval em Portugal», *Conimbriga* (Coimbra), xxxvii, 89-119.
- (2001): «Os nomes de algumas povoações da parte portuguesa da Lusitânia», *Sociedad y Cultura em Lusitania Romana (IV Mesa Redonda Internacional)*, Mérida, 2000, pp. 165-172.
- ANGELUCCI, D., C. TENTE e A. R. MARTINS (2004): «O Penedo dos Mouros e a sua integração paisagística», *Revista Portuguesa de Arqueologia* (Lisboa), 7, 1, 467-481.
- BARROCA, M. J. (1990-1991): «Do Castelo da Reconquista ao Castelo românico (séc. IX a XIII)», *Portugália* (Porto), xi-xii, 90-136.
- (2000): «Aspectos da evolução da arquitectura militar da Beira Interior», *Beira Interior História e Património*, Guarda, pp.215-238.
- BEIRANTE, M. A. (1993): «A Reconquista Cristã», *Nova História de Portugal*, Lisboa: Editorial Presença, ii, pp. 251-363
- CALLEJA MARTÍNEZ, M. V. (1999): «El poblamiento de época visigoda en el sureste de la provincia de Valladolid», *Actas del V Congreso de Arqueología Medieval Española*, Valladolid: Junta de Castilla y León, pp. 125-129.
- COELHO, M. H. C., e A. L. de C. HOMEM (coords.) (1996): *Nova história de Portugal. Vol III: Portugal em definição de fronteiras. Do condado Portucalense à crise do século XIV*, Lisboa: Editorial Presença.
- DAVEAU, S. (1969): «Structure et Relief de la Serra da Estrela», *Finisterra*, iv, 7-8, pp. 31-63 e pp.159-197.
- (s. d): «A serra da Estrela», *Cordilheira Central (Livro Guia de excursão de 26 e 27 de setembro 1986)*, Coimbra, pp. 51-62.
- e O. RIBEIRO (1978): *L'occupation humaine de la Serra da Estrela*, separata de *Etudes Géographiques*, Bordeaux
- DUARTE, M. C. L., e J. M. S. ALVES (1989): *A vegetação natural de Casal de Rei. Parque Nacional da Serra da Estrela*, Lisboa: Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza.
- FERNANDES, A (1968): «Paróquias suevas e dioceses visigóticas», *Arquivo do Alto Minho* (Viana do Castelo), 14-16.
- (1991): *Taraucae Monumenta Histórica*, Braga: Câmara Municipal de Tarouca.
- FERREIRA, A. de B. (1978): *Planaltos e montanhas do norte da Beira*, Lisboa: Centro de Estudos Geográficos (Memórias do Centro de Estudos Geográficos; 4).
- GARCIA, J. M. (1991): *Religiões antigas de Portugal*, Lisboa: INCM.
- GOMES, R. (1987): *A Guarda medieval 1220-1500*, Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- (2001): *Castelos da Raia. Vol. I: Beira*, Lisboa: IPAAR.
- GUERRINHA, J. (1985): *Conhecer Gouveia*, Gouveia.
- GUTIÉRREZ GONZÁLEZ, J. A. (1995): *Fortificaciones y feudalismo en el origen y formación del reino leonés (siglos IX-XIII)*, Zaragoza: Universidad de Valladolid.
- (1996): «El páramo leonés. Entre la Antigüedad y la Alta Edad Media», *Studia Historica. Historia Medieval* (Salamanca), Ediciones Universidad de Salamanca, núm. 14, 47-96.
- (2002): «La fortificación prefeudal en el norte peninsular: castros y recintos campesinos en la Alta Edad Media», *Mil Anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 19-28.
- (2001): «Dominio político y territorio en la formación del feudalismo en el norte peninsular. Propuestas y reflexiones», *Actas del V Congreso De Arqueología Medieval Española*, Valladolid: Junta de Castilla y León, pp. 115-123.
- JANSSEN, C. R., e R. E. WOLDRING (1981): «A preliminary radiocarbon dated pollen sequence from the Serra da Estrela, Portugal», *Finisterra*, xvi, 32, pp. 299-309.
- KNAAP, W. O. Van Der, e J. F. N. VAN LEEUWEN (1995): *Holocene vegetation succession and degradation as responses to climatic change and human activity in the Serra de Estrela, Portugal*, Review of Palaeobotany and Palyonology, Elsevier
- LAUTENSACH, H. (1987-1994): «Os rios e os processos de erosão», *Geografia de Portugal*, vol. II, comentários e atualizações de Suzanne Daveau, Lisboa: João Sá da Costa, pp. 467-481.
- (1998): «As características da geomorfologia», *Geografia de Portugal. I: A posição geográfica e o território*, 4.ª ed., Lisboa: Edições João Sá da Costa, pp. 119-160.
- LEEUWAARDEN, Win van, e P. QUEIROZ (2003): *Estudos de arqueobotânica no Penedo dos Mouros, II*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos do CIPA; 47).
- LOPES, I. A. R. J. (2002): *Contextos materiais da Morte durante a Idade Média: as necrópoles do Douro Superior*, dissertação de mestrado em arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.
- LÓPEZ QUIROGA, J., e M. RODRÍGUEZ LOVELLE (1999): «Dominio político y territorio en Galicia entre la Antigüedad y el feudalismo: el alto valle del Tamega», *Actas del V Congreso de Arqueología Medieval Española*, Valladolid: Junta de Castilla y León, pp. 733-742.
- (2004): *El final de la Antigüedad en la Gallaecia. La transformación de las estructuras de poblamiento entre Douro y Miño (siglos V al X)*, Fundación Pedro Barrié de la Maza.
- MEREA, P., e A. GIRÃO (1944): «Territórios portugueses no século XI», *Revista Portuguesa de História* (Coimbra), Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, II, 255-263.
- MARQUES, J. A. (1996): *Sepulturas escavadas na rocha da região de Viseu*, tese de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, policopiado.
- (2001): «O distrito de Viseu da Antigüidade Tardia à Baixa Idade Média», *Por Terras de Viriato*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, pp. 177-182.
- MATTOSO, J. (1985a): «A história das paróquias em Portugal», *Portugal Medieval: Novas interpretações*, Lisboa: INCM, pp. 37-56.
- (1985b): *Ricos-homes, infanções e cavaleiros. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII*, Lisboa: Guimaraes Editores.
- (1986-1987): *Seia na Idade das Trevas*, Seia: Câmara Municipal de Seia.
- (1987): *A nobreza medieval portuguesa. A família e o poder*, Lisboa: Editorial Estampa.
- (1992a): «A época sueva e visigótica. Portugal no reino asturiano-leonês», *História de Portugal. Vol I: A monarquia feudal*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 300-359 y 439-565.
- (1992b): «1096-1325», *História de Portugal. Vol I: A monarquia feudal*, Lisboa: Círculo de Leitores, pp. 9-312.
- PENA, A., e J. CABRAL (1989): *Coberto vegetal da Estrela, uma visão natural*, Manteigas: Parque Natural da Serra da Estrela.

- PINA, M. I. (1998): *A encosta ocidental da serra da Estrela. Um espaço rural na Idade Média*, Cascais: Patrimonia.
- QUEIROZ, P., e J. P. RUAS (2001): *Estudos de arqueobotânica no Penedo dos Mouros*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos do CIPA; 13).
- RIBEIRO, O. (1991): *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 6.^a ed., Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora.
- RILEY, C. G. (1991): «A guerra e o espaço na fronteira medieval Beirã. Uma abordagem preliminar», *Revista de Ciências Históricas* (Porto), Universidade Portucalense, VI, 145-159.
- RODRIGUES, M. A. (ed.) (1999): *Livro Preto. Cartulário da Sé de Coimbra*, Coimbra; Universidade de Coimbra.
- RUSSEL CORTEZ, F. (1950): «Objectos de liturgia visigótica encontrados em Portugal. Séculos V a VII», *O Instituto*, Coimbra, 114, pp. 52-92.
- SOUSA, J. M. Cordeiro de (1948): «Relação das inscrições dos séculos VIII a XIII existentes em Portugal», *Ethnos* (Lisboa), III, 13-133.
- TEIXEIRA, C. (1981): *Geologia de Portugal*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- (2002): «Castelos e organização dos territórios nas duas margens do centro Médio Douro (séculos IX-XIV)», *Mil anos de fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500)*, Lisboa: Edições Colibri, pp. 463-476.
- TENTE, C. (2000): «Estudo sobre as sepulturas rupestres do actual concelho de Gouveia (1993-1998)», *Gaudela* (Gouveia), I, 44-72.
- (2007): «A arqueologia medieval do concelho de Gouveia», *Actas das Jornadas de História do Concelho de Gouveia*, Gouveia: Câmara Municipal de Gouveia.
- (no prelo): *A ocupação alto-medieval da encosta noroeste da serra da Estrela*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.
- VALERA, A. C. (1990): *Sepulturas escavadas na rocha do concelho de Fornos de Algodres*, Fornos de Algodres: GAFAL.
- VAZ, I., D. MARTINHO, J. MARTINHO e M. ALVES (1985): *Escavação arqueológica do Aljão. Relatório dos trabalhos*, processo do IPA n.º S-05907.
- VENTURA, L., e A. S. FARIA (1990): *Livro Santo de Santa Cruz (cartulário do séc. XII)*, Coimbra.
- VIEIRA, Marina Afonso (2004): *Alto Paiva, povoamento nas épocas romana e alto-medieval*, Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.